

# 0 Conhecimento técnico e a postura ambiental do poder público

A sociedade e o mercado têm cobrado do empresariado e do poder público uma postura ambientalmente responsável, buscando minimizar o impacto negativo causado pelo desempenho de atividades econômicas variadas. Ao aplicar o desenvolvimento sustentado em uma cidade e tratarmos de questões práticas do dia a dia, é preciso estar munido de conhecimento técnico e científico para discutir a fundo a viabilidade de projetos e soluções aplicáveis a cada caso.

Em Santa Catarina, a Lei 14.829 que instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável foi sancionada em 11 de agosto de 2009. O objetivo da lei é o de promover a redução da emissão de GEEs e a remoção dos mesmos por sumidouros, além de prevenir, mitigar os efeitos e adaptar o Estado às mudanças climáticas. No mesmo ano, em 29 de dezembro de 2009, foi sancionada a Lei 12.187, que decretou a Política Nacional de Mudanças Climáticas, com o objetivo de reduzir as emissões nacionais.

Assim, as municipalidades como base da estrutura de um Estado maior, devem assumir a responsabilidade sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas. Florianópolis, por se tratar de uma cidade essencialmente turística, de serviços e tecnologia, pode ser um exemplo com relação ao tema Aquecimento Global para o Brasil e o mundo.

A mobilidade urbana em Florianópolis é focada no transporte por veículos, que emitem em média 900 gramas de CO<sub>2</sub> a cada 100km rodados, contribuindo assim para o aquecimento global. Alternativas como o transporte público, ciclovias e transporte marítimo são consideradas importantes para atender metas de

redução de emissões de gases de efeito estufa.

**Eng. Agr. Msc. Alex Eckschmidt**

[alex@econsciente.eng.br](mailto:alex@econsciente.eng.br)